

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	9
EDITORIAL – RT 1001.....	11

DOCTRINA

ARBITRAGEM

A Lei Mineira de Arbitragem como declaração de vontade do poder público em indicar o método de resolução de conflitos em um contrato	
<i>The Minas Gerais state's arbitration act as a declaration of public administration's will in indicating the method of settlement of conflicts in a contract</i>	
GIOVANI DOS SANTOS RAVAGNANI.....	23

DIREITO ADMINISTRATIVO

<i>Rent-seeking e despesa pública: até quando perdurará a invisibilidade jurídica?</i>	
<i>Rent-seeking and public spending: how long will the legal invisibility?</i>	
EDUARDO CÂNDIA.....	53

DIREITO AMBIENTAL

Bem-estar, dor e sofrimento dos animais não humanos: estudo sob a ótica do direito ambiental	
<i>Welfare, pain and suffering of non-human animals: study under the optical environmental law</i>	
FLÁVIA PEQUENO DE VASCONCELOS, MARIA DO SOCORRO DA SILVA MENEZES e LUCIANA VILAR DE ASSIS.....	93

DIREITO CIVIL

Breves considerações sobre o negócio jurídico diante dos novos desafios da pós-modernidade	
<i>Brief considerations on the bargain law towards the new challenges of the post modernity</i>	
FABIO FERNANDES NEVES BENFATTI.....	121
Mero aborrecimento ou dano moral mínimo? Da definição do dano imaterial	
<i>Mere annoyance or minimal moral damage? From the definition of immaterial damage</i>	
EDILTON MEIRELES.....	131

Métodos alternativos de solução de conflitos no direito de família <i>Alternative methods of conflict resolution in family law</i> CLIFT RUSSO ESPERANDIO e GUSTAVO FILIPE BARBOSA GARCIA.....	161
Termo de consentimento livre e esclarecido como mecanismo de afastamento do erro nos negócios biojurídicos <i>Informed consent form as a mechanism for removing the error in biojuridic business</i> JULIANA CARVALHO PAVÃO e RITA DE CÁSSIA RESQUETTI TARIFA ESPOLADOR.....	189
DIREITO CONSTITUCIONAL	
Direitos sociais, dignidade humana e proporcionalidade: notas em torno da discussão sobre o conflito entre liberdade religiosa e políticas públicas <i>Social rights, human dignity and proportionality: notes around the discussion on the conflict between religious freedom and public policies</i> ELISÂNGELA PADILHA e JOÃO VICTOR NARDO ANDREASSA.....	207
DIREITO DO TRABALHO	
Os impactos da pejotização fraudulenta e do trabalho intermitente na vida do trabalhador e nos cofres da previdência social <i>The impacts of fraudulent pejotization and intermittent work in the workers' lives and the social security coffers</i> CAMILA FERNANDA ROCHA DOS SANTOS e CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS.....	233
DIREITO PENAL	
O estado de suspeição racial permanente e o sucesso das prisões negras <i>The state of permanent racial suspicion and the success of black prisons</i> FERNANDO NASCIMENTO DOS SANTOS.....	259
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	
O Tema 183/TNU: de quem é a responsabilidade pelo empréstimo consignado indevido em benefício previdenciário? <i>Undue consigned loans and discounts on social security benefits: whose responsibility?</i> JULIO PINHEIRO FARO HOMEM DE SIQUEIRA	293
DIREITO TRIBUTÁRIO	
Como enganar o "grande irmão"? A extinção de punibilidade nos crimes contra a ordem tributária a partir do prisma da hermenêutica criminológica <i>How to trick the "big brother"? The extinction of punibility in crimes against the tax order from the prism of criminological hermeneutics</i> BRUNO GADELHA XAVIER e ALOÍSIO KROHLING.....	309
O sistema tributário e o primado da dominação <i>The tax system and the primacy of domination</i> DORIVAL FAGUNDES COTRIM.....	325

EVENTOS, CONFERÊNCIAS E DEBATES

Conclusões do 43º Simpósio Nacional de Direito Tributário.....	367
--	-----

PARECER

Alienação de participações societárias – Isenção concedida pelo Decreto- -Lei 1.510/76 – Revogação pela Lei 7.713/88 – Manutenção do direito à isenção, atendidos os requisitos da norma isencional, mesmo que a alienação tenha ocorrido sob a égide da Lei revogadora – Direito adquirido do contribuinte IVES GANDRA DA SILVA MARTINS e ROGÉRIO VIDAL GANDRA DA SILVA MARTINS.....	379
---	-----

MEMÓRIA DO DIREITO

Reflexos da Lei do Porte de Arma de Fogo sobre a competência da Justiça Federal ALOÍSIO FIRMO GUIMARÃES DA SILVA.....	393
--	-----

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Leis distritais que instituem novos direitos, deveres e criam órgãos e cargos no âmbito da polícia civil – Inconstitucionalidade – Normas que versam sobre a estrutura e organização administrativa geral que afrontam diretamente a competência privativa da União para legislar sobre a matéria.
Comentário por CRISTINY MROCKOSKI ROCHA..... 407
- COMPETÊNCIA – Falsidade ideológica eleitoral – Ausência de conexão entre o delito eleitoral e o exercício do mandato do parlamentar federal que acarreta declinação da competência constitucional – Julgamento afeto à Justiça Eleitoral.
Comentário por ALEXANDRE GONÇALVES RAMOS..... 414

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- CONFLITO DE COMPETÊNCIA – Recuperação judicial – Empresário individual – Construção de bens da pessoa física pelo juízo em que se processa a execução – Patrimônio empresarial que se confunde com o da pessoa natural, a qual, indistintivamente, responde por suas obrigações cíveis e comerciais – Julgamento afeto à Justiça Especializada.
Comentário por TACIANI A. C. COLNAGO CABRAL..... 421
- INDENIZAÇÃO – Danos material e moral – Exposição de recém-nascido prematuro a excessivas cargas de oxigênio sem proteção, causando-lhe cegueira irreversível – Negligência, imprudência e imperícia que demonstra erro médico – Responsabilidade solidária do hospital e da médica que se evidencia – Verbas devidas.
Comentário por REGINA VERA VILLAS BÔAS e JOSÉ ÂNGELO REMÉDIO JÚNIOR..... 426

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei estadual que institui obrigação para as concessionárias de serviços de telecomunicações de manterem escritórios regionais e representantes para atendimento presencial de consumidores – Inadmissibilidade – Competência para legislar sobre a matéria que é privativa da União – Afastamento, ademais, da competência legislativa concorrente do Estado-membro sobre consumo, tendo em vista que o usuário de serviço público se distingue do consumidor. 437

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- COMPETÊNCIA – Inquérito policial – Operação envolvendo compra e venda de criptomoedas – Bitcoin que não tem natureza de moeda nem valor mobiliário, não estando regulada pelo ordenamento jurídico – Câmbio virtual, ademais, que não caracteriza a negociação prevista nos delitos federais, enquadrando-se em outros ilícitos – Julgamento afeto à Justiça estadual. 443
- CONTRATO BANCÁRIO – Seguro de proteção financeira – Cláusula que prevê ressarcimento pelo contratante da despesa com o registro do pré-gravame – Inadmissibilidade – Cobrança que se demonstra abusiva, pois a despesa decorre de operação ínsita à atividade bancária – Consumidor, ademais, que não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com a seguradora por ela indicada – Entendimento sujeito ao rito dos recursos repetitivos. 446
- IMÓVEL RURAL – Exigência de apresentação de memorial descritivo georreferenciado para identificação dos limites da área rural objeto de ação possessória – Inadmissibilidade – Documento que é dispensável quando não enseja modificação do registro do imóvel – Demanda judicial, ademais, que apenas reconhece o direito de manutenção ou reintegração na posse. 448
- INDENIZAÇÃO – Danos material e moral – Ação civil coletiva – Operadora de plano de saúde que não autoriza procedimentos e exames clínicos ou laboratoriais quando prescritos por profissionais não cooperados – Sentença genérica que se restringe, por imposição legal, à homogeneidade dos direitos coletivos, afigurando-se inviável a especificação ou comprovação dos prejuízos – Verbas devidas. 450

SUPERIOR TRIBUNAL DO TRABALHO

- MANDADO DE SEGURANÇA – Tutela de urgência – Suspensão do plano de saúde após demissão seguida do término do auxílio acidentário – Inadmissibilidade – Doença ocupacional – Superveniência de decisão de mérito admitindo que a demissão ocorreu após o fim do auxílio acidentário, durante o período de estabilidade provisória – Perda do objeto que se impõe. 455

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

- PROPAGANDA ELEITORAL – Vinculação extemporânea – Inocorrência – Utilização de outdoor na entrega de bens em evento de cunho assistencial e na promessa de futuras doações caso eleita a candidata – Inexistência de pedido explícito de voto que afasta a configuração da conduta ilícita – Afastamento das penalidades de multa que se impõe. 459

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE

- DANO MORAL – Indenização – Tempo de espera em fila de banco superior ao previsto em lei municipal – Perda do tempo útil da cliente que não pode ser considerada mero dissabor, sendo apta a romper o equilíbrio psicológico do consumidor – Serviço, ademais, que não era oferecido por meio de acesso à internet ou caixa eletrônico, obrigando a cliente a procurar a agência bancária – Verba devida. 465

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Improbidade administrativa – Ocorrência – Gestor público que, valendo-se do seu cargo, determina que o patrimônio e funcionários públicos fossem utilizados em serviços e obras particulares, em sua própria residência – Prova inequívoca da conduta dolosa, indevida e ilegal que lesa o erário. 469

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

- DANO MORAL – Indenização – Desaparecimento de restos mortais e perda da sepultura em cemitério – Construção de novo jazigo e enterro de pessoas desconhecidas no local – Desídia por parte do Município que provoca profunda tristeza e preocupação aos proprietários, acarretando o dever de indenizar – Verba devida. 473

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – Contravenção penal – Vias de fato – Agressão praticada no âmbito familiar sem, contudo, produzir lesões corporais – Autoria e materialidade comprovadas pelos fortes e suficientes elementos probatórios, principalmente pela palavra da vítima – Condenação que se impõe. 477

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

- POLUIÇÃO SONORA – Ocorrência – Agremiação recreativa que realiza eventos musicais, de forma contínua, sem a devida proteção acústica – Conduta que caracteriza dano ambiental e fere os princípios constitucionais da precaução ou prevenção – Suspensão das atividades nocivas e ressarcimento pelos prejuízos que se impõe. 483

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- MAUS-TRATOS – Descaracterização – Genitora que, após ingestão de bebida alcoólica, agride a filha menor provocando lesões corporais, como meio de correção e disciplina – Escoriações superficiais no braço que, embora dignas de reprovação, não expõem à perigo a vida ou a saúde da criança – Inocorrência de abuso das punições que afasta o dolo da conduta, acarretando a absolvição..... 487

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

- DANO MORAL – Indenização – Ingresso de funcionário do sexo masculino nas dependências do vestiário feminino em academia sem prévio aviso – Exposição da intimidade de terceiros que viola direitos personalíssimos e causa constrangimento – Fixação do *quantum* que se mostra razoável e proporcional – Verba devida..... 491

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Indenização – Dano moral – Criança que sofre graves queimaduras no corpo em razão de curto circuito no chuveiro da creche municipal – Falha no serviço diante da negligência que ocasionou lesões estéticas permanentes – Verba devida..... 495

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE SÃO PAULO

- CRIME MILITAR – Concussão – Ocorrência – Policiais militares rodoviários que exigiram vantagem indevida de caminhoneiro, deixando de autuá-lo após o recebimento de dinheiro – Provas testemunhais que comprovam a conduta delituosa..... 499

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- Índice de temas..... 503
- Índice de autores..... 507

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORMAL INÉDITA..... 509